

Amigos e seguidores ainda tentam livrar ACM da cassação

BRASÍLIA – A provável derrota dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) tornou-se conveniente politicamente para o governo, para os aliados e para o próprio Congresso. Seria o desfecho ideal, proporcionando a recuperação da imagem do Palácio do Planalto. Na contagem regressiva para o fim do prazo para renúncia, cresce a convicção, até entre amigos de ACM, que não há outra saída nem para ele nem para Arruda.

Amigos do senador baiano, entretanto, insistem em encontrar uma solução digna, tumultuando o processo. O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP) encomendou à Polícia Federal nova perícia técnica, elaborada pelos especialistas da Unicamp. O trabalho poderia resultar em um laudo confrontando a conclusão dos especialistas paulistas.

Outra cartada preparada pela tropa de choque de ACM é apresentar, na própria quarta-feira, no início da sessão, um requerimento solicitando que o voto seja fechado. A medida atrasa o começo da votação, pois envolve discussão e debate. Mas o presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), está irreduzível em relação a isso.

A decisão tem respaldo jurídico e regimental, já que, de acordo com especialistas, o processo contra os acusados não foi instaurado e, portanto, essa fase é apenas de investigação. "Se houver a alegação de que o processo foi aberto, então estará desconsiderada a possibilidade de renúncia, pois o prazo terá sido encerrado", analisou um especialista.

Tebet também está empenhado em buscar meios de impedir Arruda de participar da votação. De qualquer maneira, o senador do Distrito Federal já decidiu que pretende comparecer e se abster. No lugar de Arruda deve votar Antero Paes de Barros (PSDB-MT), favorável à cassação.

Outra manobra que será usada durante a sessão será a apresentação do voto em separado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), pedindo apenas suspensão de mandato de ambos por até 90 dias.

Próximos passos – Com o Conselho de Ética aprovando a cassação, hipótese mais provável e a única considerada possível neste momento, a decisão é enviada imediatamente à Mesa Diretora do Senado, que, em seguida, se reúne. O presidente da Casa, Jader Barbalho (PMDB-PA), discute com os outros seis membros da Mesa e designa um relator para o caso, que deverá ser o senador Carlos Wilson (PPS-PE), que encaminhou ao Conselho de Ética o pedido para investigação da fraude do painel de votação.

A previsão é que todo o procedimento dure menos de 12 horas. Embora não haja prazo regimental para o relator concluir seu parecer determinando arquivamento ou abertura do processo de cassação, a expectativa é de que decida rápido. Os aliados de ACM e Arruda prometem não aceitar pacificamente a tramitação rápida que Jader pretende impor caso o processo chegue à Mesa. "Nada será rápido ou ágil, como querem alguns. Eles precisam de ter direito de defesa na Mesa também", anunciou um deles.

Caso a Mesa Diretora do Senado decida pela instauração do processo, deverá encaminhá-lo outra vez para o Conselho de Ética, que definirá o relator – que deve ser o senador Saturnino Braga (PSB-RJ) – e abrirá prazo de defesa. Novamente, será realizada votação para definir se ACM e Arruda devem ou não ser cassados e, por fim, a decisão será encaminhada ao plenário, que em votação secreta determinará o destino dos dois senadores. (R.G. e T.M.)